Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria do Desenvolvimento Econômico						ação	Nº DO PR	OTOCOLO (Uso da	Junta Comercial)	
	sede ou filia em outra UF)	, quando a	Código da Jurídica	Natureza	Nº de Matrícula Auxiliar do Com		-			
23	30004	6684	2	054						
1 - REC	QUERIME	NTO	l		l		1			
Nome:		REFINARIA [PRESIDEN [*]	TE DA Juni	ta Comerc	cial do Estado do	o Ceará	
		(da Empresa	ou do Age	ente Auxiliar d	o Comércio)				Nº FCN/RE	:MP
·		erimento do s		to:						
Nº DE VIAS	DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO		DESCRIÇÃO	DO ATO / EV	ENTO			CEE2	300093977
1	006				SEMBLEIA GEI	RAL ORDINA	RIA			
		223	1	BALANCO						
			+							
2 1150		TA COMED	2	FORTALEZA Local 27 Abril 2023 Data		N A	lome:		/ Agente Auxiliar do	
	CISÃO SIN	TA COMER	CIAL				CISÃO COL	EGIADA		
		ial(ais) igual(a	ais) ou ser	melhante(s):			.01340 001	LGIADA	1	
SIM					SIM				1 ,	o em Ordem decisão
										/ Data
∏ NÃ:	С	_/	Res	ponsável	NÃO	// Data		Responsável	Res	ponsável
_	O SINGUL		do doonad	cho em folha a	novo)	2ª Exigê	encia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
=		rido. Publique	•		nexa)		7			
Pro	cesso inde	ferido. Publiq	ue-se.				_	_		_
								-	// Data	Responsável
DECISÃ	O COLEGI	ADA				2ª Exigê	encia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
=		-	· ·	cho em folha a	nexa)		7			
=		rido. Publique ferido. Publiq	-	uive-se.		L	J	Ш	Ш	Ш
	/	/								
		Data				Vogal		Vogal		Vogal
						Preside	ente da	Turma		
OBSER'	VAÇÕES									



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6115339 em 28/04/2023 da Empresa REFINARIA DE MUCURIPE S.A., CNPJ 41704775000125 e protocolo 230574289 -19/04/2023. Autenticação: F9EE8BAE56852C5BEADCD14A3C1A5EC2A2896C9B. CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO - Presidente. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 23/057.428-9 e o código de segurança RRbZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo					
Número do Protocolo Número do Processo Módulo Integrador Data					
23/057.428-9	CEE2300093977	13/04/2023			

Identificação do(s) Assinante(s)						
CPF	Nome	Data Assinatura				
592.773.787-00	CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR	27/04/2023				
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do govier la companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya della c						
Selo Ouro - Certificado Digital						



CNPJ/MF n.º 41.704.775/0001-25 NIRE n.º 23300046684

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2023

- **1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada em 17 de março de 2023, às 15h, na sede social da Sociedade, localizada à Avenida Leite Barbosa S/N Cais do Porto Fortaleza/CE.
- **2. QUÓRUM E CONVOCAÇÃO:** Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS, acionista titular de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, representada por seu procurador, Sr. Felipe Câmara Moreira, constatado no Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei Federal nº 6.404/76. Também presente o Sr. Rodrigo Tiradentes Montechiari, membro do Conselho Fiscal, em atenção ao disposto no artigo 164 da Lei das Sociedades por Ações.
- 3. MESA: Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Felipe Câmara Moreira.

4. ORDEM DO DIA:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e pelo parecer do Conselho Fiscal.
- (ii) Destinação do Resultado do exercício 2022.

5. DELIBERAÇÕES:

Tendo sido aprovada a lavratura da presente ata de sumário, nos termos do art. 130, §1°, da Lei nº 6.404/76, o acionista da Companhia deliberou, por unanimidade, o seguinte:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e pelo parecer do Conselho Fiscal.
- (ii) Aprovar a proposta de destinação do prejuízo líquido do exercício encerrado em 31/12/2022, no valor de R\$ 514.314,18 (quinhentos e quatorze mil, trezentos e quatorze reais e dezoito centavos), para a conta de prejuízos acumulados da Refinaria de Mucuripe.

Página 1 de 2



6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no livro próprio, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

FELIPE CAMARA Assinado de forma digital por FELIPE CAMARA MOREIRA:07317 MOREIRA:07317013641 Dados: 2023.03.17 16:19:44 -03'00'

FELIPE CAMARA Assinado de forma digital por FELIPE CAMARA MOREIRA:07317 MOREIRA:07317013641 Dados: 2023.03.17 16:19:59-03'00'

Felipe Câmara Moreira

Felipe Câmara Moreira

Presidente

Secretário

FELIPE CAMARA Assinado de forma digital por FELIPE CAMARA MOREIRA:07317 MOREIRA:07317013641 Dados: 2023.03.17 16:20:13-03'00'

Felipe Câmara Moreira

Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS Acionista

Página 2 de 2

Refinaria de Mucuripe S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório dos auditores independentes

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rel	atório da Administração 2022	3
Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Bala	anço Patrimonial	9
Der	monstração do Resultado	10
Der	monstração do Resultado Abrangente	11
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	12
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Der	monstração do Valor Adicionado	14
Not	tas Explicativas	15
1.	A Companhia e suas operações	15
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	16
3.	Sumário das principais práticas contábeis	16
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	17
5.	Novas Normas e Interpretações	18
6.	Caixa e equivalentes de caixa	19
7.	Fornecedores	19
8.	Partes relacionadas	19
9.	Remuneração da administração da Companhia	20
10.	Tributos	20
11.	Patrimônio líquido	21
12.	Despesas gerais e administrativas	22
13.	Gerenciamento de riscos	22
14.	Eventos subsequentes	23
Dire	etoria Evecutiva	2/1

Relatório da Administração 2022

Á Assembleia de Acionistas Refinaria de Mucuripe S.A. Fortaleza – CE

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Refinaria de Mucuripe S.A. (Refinaria de Mucuripe) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., localizada em Fortaleza, no estado do Ceará. Iniciou suas atividades em 17 de abril de 2021, data em que finalizou seu processo de constituição, com o deferimento do arquivamento da Escritura Pública de Constituição da sociedade pela Junta Comercial do Estado do Ceará e respectiva obtenção do CNPJ.

A Companhia tem por objeto executar as seguintes atividades: (i) refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e combustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, fornecidos principalmente para a região Nordeste do Brasil e para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2022, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Petrobras será responsável pela manutenção financeira e operação da companhia até a conclusão do processo de alienação da Sociedade para o novo comprador.

ASPECTOS COMERCIAIS (EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 13 de setembro de 2019, a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio, anunciou a venda de ativos em refino e logística associada no país, que inclui a LUBNOR, assim como seus ativos logísticos associados.

Em 25 de maio de 2022, a Petrobras assinou, com a compradora Grepar Participações Ltda., contrato para a venda da refinaria LUBNOR e seus ativos logísticos associados. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

As disposições estatutárias da sociedade atendem a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016. Adicionalmente, todas as Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras foram adotadas pela sociedade ao longo de 2022.



3

Considerando que os ativos a serem aportados na Refinaria de Mucuripe ainda estão em face da Petrobras, os Projetos Socioambientais da Sociedade, que está em processo de desinvestimento, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora, no qual contempla a visão do ativo LUBNOR.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 02 de dezembro de 2022, foi aportado R\$ 650 mil para fazer face às despesas administrativas, em complemento ao valor de R\$ 304 mil aportado na constituição da Companhia em 17 de abril de 2021, totalizando R\$ 954 mil em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, o Patrimônio Líquido da Companhia encerrou o exercício de 2022 em R\$ 134 mil, ante um passivo a descoberto de R\$ 2 mil auferido em 2021, conforme demonstrado na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial 2022 (em R\$ mil)

Ativo	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	906	303	Fornecedores	772	305
	906	303		772	305
		_	Patrimônio líquido		
			Capital social realizado	954	304
			Prejuízos acumulados	-820	-306
				134	-2
Total do Ativo	906	303	Total do Passivo	906	303

A Conta Fornecedores do Passivo Circulante refere-se às provisões de despesas das atividades do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) celebrado com a Controladora Petrobras, na ordem de R\$ 739 mil, e demais serviços com terceiros (R\$ 33 mil).

Em decorrência das despesas com Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) com a Petrobras (R\$ 433 mil), serviços de auditoria externa (R\$ 29 mil), despesas com registros de atos societários (R\$ 19 mil) e pagamento de taxas de licenciamentos municipais (R\$ 34 mil), a Refinaria de Mucuripe registrou prejuízo na ordem de R\$ 514 mil em 2022, conforme **Tabela 2.**

Tabela 2 – Demonstração do Resultado 2022

DRE (R\$ mil)	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021	Var. %
Gerais e Administrativas	(481)	(306)	57%
Tributárias	(34)	-	
Total das Despesas Operacionais	(515)	(306)	68%
Resultado antes do result. financ. e impostos	(515)	(306)	68%
Resultado financeiro líquido	1	-	
Receitas financeiras	1	-	
Resultado antes dos impostos	(514)	(306)	68%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	
Resultado líquido do período	(514)	(306)	68%



PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2022

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2022 a Refinaria de Mucuripe apresentou prejuízo, a proposta de Destinação de Resultado 2022 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 3 abaixo, será destinar o Prejuízo do Exercício na ordem de R\$ 514 mil para a conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido da Sociedade, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2022

Destinação de Resultado (R\$)		2022
Prejuízos Acumulados até 31/12/2021	-	305.610,23
Resultado Exercício 2022	-	514.314,18
Prejuízo Remanescente	-	819.924,41

O saldo remanescente do prejuízo acumulado será na ordem de R\$ 820 mil após realizada a destinação de resultado 2022.

AGRADECIMENTOS

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2022.

Fortaleza - CE, 01 de março de 2023.

Isabella Carneiro Leão
Isabella Carneiro Leão (3 de Marco de 2023 11:27 GMT-3)

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (3 de Março de 2023 13:29 GMT-3)

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Refinaria de Mucuripe S.A. Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Mucuripe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

6

foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

7

foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2023 por CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO Presidente.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-112835/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

8

dunds pág. 12/32

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	906	303	Fornecedores	7	772	305
		906	303			772	305
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social realizado		954	304
				Prejuízos acumulados		(820)	(306)
						134	(2)
Total do Ativo		906	303	Total do Passivo		906	303



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota _	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Despesas			
Gerais e administrativas	12	(481)	(306)
Tributárias		(34)	=
		(515)	(306)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(515)	(306)
Resultado financeiro líquido		1	-
Prejuízo antes dos impostos		(514)	(306)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido do exercício/período		(514)	(306)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(1,44)	(1,01)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Prejuízo líquido do exercício/período	(514)	(306)
Resultado abrangente total	(514)	(306)



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-
Prejuízo líquido do exercício/período	(514)	(306)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	467	305
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(47)	(1)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital	650	304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	650	304
Aumento de caixa e equivalentes	603	303
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	303	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	906	303



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do período	-	(306)	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304	(306)	(2)
Aporte de capital	650	_	650
Prejuízo líquido do exercício	-	(514)	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	954	(820)	134



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Abr-Dez/2021	
Insumos adquiridos de terceiros	Jan-Dez/2022	ADI-DE2/2021	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(481)	(306)	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	1	-	
Valor consumido a distribuir	(480)	(306)	
Distribuição do valor adicionado			
Tributos			
Estaduais	4	-	
Municipais	30	-	
	34	-	
Acionistas			
Prejuízo líquido do exercício/período	(514)	(306)	
	(514)	(306)	
Valor consumido distribuído	(480)	(306)	



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE, tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, fornecido principalmente para região Nordeste do Brasil e para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins.

Nesse contexto, a Refinaria de Mucuripe S.A. tem atuado no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que esteja apta a receber o aporte destes ativos, atualmente pertencentes à Petrobras, conforme definição de seu acionista Controlador. Os compromissos da Sociedade serão garantidos pela Controladora até o recebimento dos ativos e passivos da LUBNOR, mantendo o pressuposto de continuidade operacional na qual as Demonstrações Financeiras foram elaboradas.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

Em 25 de maio de 2022, a Petrobras comunicou ao mercado que assinou com a empresa Grepar Participações Ltda. contrato para venda da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR), e seus ativos logísticos associados, localizados no estado do Ceará.

Adicionalmente, sobre a aprovação do CADE, houve a decisão favorável pela Superintendência do CADE ainda em dezembro de 2022, aprovando, sem restrições, a aquisição, pela Grepar Participações, da LUBNOR e seus ativos logísticos associados. No entanto, 2 conselheiros avocaram a decisão para que houvesse julgamento pelo Tribunal do CADE, que foi acatado em 8 de fevereiro de 2023, ficando a decisão sub judice.

A operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, previstas no contrato firmado com a Grepar Participações.



pág. 19/32

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:



16

auads pág. 20/32

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
 fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas
 e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda,
 bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação
 contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações
 subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 13 — Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A companhia, por conta da simplicidade das operações realizadas até a conclusão dessa demonstração, não apresenta estimativas e julgamentos, que possam eventualmente afetar materialmente a situação financeira e os seus resultados.



17

pág. 21/32

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas Normas e Interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2022.

Norma	Descrição	Data de vigência
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
	Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	
	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants.	

Quanto às emendas e normativos listados acima, a companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	906	303
Total de caixa e equivalentes de caixa	906	303

Incluem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras em fundo de renda fixa, juros de 1,11% a.m., com baixo risco e alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 650 em aporte de capital (Nota 11.1) para fazer face às despesas administrativas e pagou tributos estaduais e municipais de R\$ 34 e despesas administrativas.

Prática Contábil

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Terceiros no país	33	-
Partes relacionadas (nota explicativa 8.1)	739	305
Total	772	305

8. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras e suas controladas, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.



19

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

8.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

	Petrobras	31.12.2022	31.12.2021
Passivo			
Circulante:			
Fornecedores			
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	739	739	305
Total	739	739	305

Resultado	Petrobras	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Despesas adminsitrativas			
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	(433)	(433)	(306)
Total	(433)	(433)	(306)

⁽i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

9. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe S.A.

10. Tributos

10.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

		Abr-Dez/2021
Prejuízo antes dos impostos	(514)	(306)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	175	104
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(175)	(104)
Imposto de renda e contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas pré-operacionais para fins fiscais não deduzidas totalizam R\$ 820 e os créditos fiscais não utilizados R\$ 279, para os quais não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia, dado que ainda se encontra em estágio pré-aporte de ativos.



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 2 de dezembro de 2022 foi aportado R\$ 650 para fazer face às despesas administrativas, em complemento ao valor de R\$ 304 aportado na constituição da Companhia em 17 de abril de 2021, totalizando R\$ 954 em 31 de dezembro de 2022.

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 954, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 953.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são, quando aplicável, apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

11.2. Prejuízo do exercício/período

A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 514 (R\$ 306 no período de Abr-Dez/ 2021). Esse resultado decorre, principalmente, da alocação dos gastos e despesas do Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD) com a controladora (vide nota explicativa 8.1).

Esse valor está representado na linha de prejuízo acumulado.

11.3. Resultado por ação

	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	(514)	(306)
Média ponderada da quantidade de ações	357.245	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(1,44)	(1,01)



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Despesas gerais e administrativas

	Jan-Dez/2022	Abr-Dez/2021
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 8.1)	(433)	(306)
Serviços de auditoria externa	(29)	-
Anúncios e publicações legais	(19)	-
Total	(481)	(306)

13. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

13.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	906	303
Total	906	303
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	772	305
Total	772	305

13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.



(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos de sua controladora. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

13.3.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

13.3.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas administrativas. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

13.3.3. Riscos de mercado

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía exposição material à risco de taxa de juros.

13.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui seguro contratado, dado a sua atual fase de operação.

14. Eventos subsequentes

A Superintendência do CADE, aprovou, sem restrições, a aquisição, pela Grepar Participações, da LUBNOR e seus ativos logísticos associados em dezembro 2022. Entretanto, em 8 de fevereiro de 2023, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou despacho de dois Conselheiros que requereram a continuidade da análise do caso pelo Tribunal. A medida aprovada pelo CADE segue os trâmites usuais do processo na Autarquia.



jag. 27/32

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

Isabella Carneiro Leão
Isabella Carneiro Leão (3 de Marco de 2023 11:27 GMT-3)

ISABELLA CARNEIRO LEÃO Presidente

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (3 de Marco de 2023 13:29 GMT-3)

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO Diretor Financeiro

*José Silvio Petrungaro*José Silvio Petrungaro (2 de Março de 2023 11:32 GMT-3)

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO Contador CRC/RJ-054431/0



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo Número do Processo Módulo Integrador Data		Data
23/057.428-9	CEE2300093977	13/04/2023

Identificação do(s	s) Assinante(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
592.773.787-00	CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR	27/04/2023
Assinado utilizando o	o(s) seguinte(s) selo(s) do govibr	Λ
Selo Ouro - Certifica	do Digital	



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL REGISTRO DIGITAL

Eu, CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR, BRASILEIRA, SOLTEIRO, CONTADOR, DATA DE NASCIMENTO 24/03/1960, RG Nº 081139 CRC-RJ, CPF 592.773.787-00, ESTRADA DA URUCANGA, Nº 100, BAIRRO ANIL, CEP 22750-030, RIO DE JANEIRO - RJ, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Rio De Janeiro, 27 de abril de 2023.

CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR

Assinatura Eletrônica Avançada

Junta Comercial do Estado do Ceará



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Ceará Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará Junta Comercial do Estado do Ceará

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa REFINARIA DE MUCURIPE S.A., de CNPJ 41.704.775/0001-25 e protocolado sob o número 23/057.428-9 em 19/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6115339, em 28/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maria Amanda de Castro Moreira.

Certifica o registro, a Presidente, CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Cupu de Frecesso		
	Assinante(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
592.773.787-00	CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR	27/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do govbr @ !!!		
Selo Ouro - Certifi		

Documento Principal

Assinante(s)				
CPF	Nome	Data Assinatura		
592.773.787-00	CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR	27/04/2023		
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do				
Selo Ouro - Certificado Digital				

Declaração Documento Principal

Assinante(s)				
CPF	Nome	Data Assinatura		
592.773.787-00	CASEMIRO DA COSTA BARROSO JUNIOR	27/04/2023		
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do godor o m				
Selo Ouro - Certificado Digital				

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/04/2023



Documento assinado eletronicamente por Maria Amanda de Castro Moreira, Servidor(a) Público(a), em 28/04/2023, às 11:08.



A autencidade desse documento pode ser conferida no <u>portal de serviços da jucec</u> informando o número do protocolo 23/057.428-9.



Junta Comercial do Estado do Ceará



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)				
CPF	Nome			
906.224.643-53	CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO			



Fortaleza. sexta-feira, 28 de abril de 2023



Junta Comercial do Estado do Ceará